

AS CARVOARIAS E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO

Altamira Pereira – UNESP/FCT
altamira_pereira@yahoo.com.br

Antonio Thomaz Júnior- UNESP/FCT
tomazjr@usc.es

Uma preocupante transformação no mundo do trabalho vem se concretizando diante de nossos olhos, trazendo ao “homem trabalhador”, novas imposições e até mesmo a exclusão daquilo que lhe é inerente, responsável pelo seu auto desenvolvimento material e espiritual, ou seja, o trabalho de uma maneira geral, que vem sofrendo mutações na busca incessante do aprimoramento da reprodução do capital.

As relações sociais determinadas pelo capital são responsáveis por territorializações que expressam a dominação do homem sobre o homem, aprofundando as desigualdades sociais e reestruturando e redefinindo antigas relações de trabalho e de produção que mais nos remetem às lembranças da escravidão, utilizando-as como parte integrante do processo produtivo e portanto coexistindo com as novas tecnologias.

O capital é um modo dominante de desenvolvimento produtivo, que subordina toda a reprodução social à sua lógica de acumulação, provocando o aprofundamento da separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprio, tendo como consequência a precarização da força de trabalho e a degradação do meio ambiente. Esta relação entre homem, tecnologia e natureza se encontra subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2000). Portanto, o trabalho submetido à lógica do capital em suas determinações, redefine constante e contraditoriamente o processo de desenvolvimento social e o espaço geográfico.

A nova ofensiva do capital se dá com a reestruturação produtiva, que se fez mais ampla e profunda, com a flexibilização da acumulação, como resposta à crise estrutural do capital da segunda metade do século XX, provocando profundas modificações no mundo do trabalho e influenciando na determinação dos rearranjos territoriais, nos quais estão inseridos os atores sociais tanto da cidade quanto do campo, envolvidos nesse processo e submetidos a (des)territorializações fundamentadas na relação capital-trabalho.

À Geografia cabe realizar uma “leitura” da sociedade capitalista, buscando compreender aspectos importantes do processo social que (re)definem o metabolismo do capital e as transformações no universo do trabalho, com as atenções voltadas para o curso de heterogeneização e fragmentação do trabalho, tendo como referencial a dinâmica territorial e as formas de dominação de classe, pois a organização social e espacial em suas diferentes escalas, passa por redefinições, que estão centradas na divisão hierárquica do trabalho e que se concretizam nas configurações geográficas através dos processos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho.

Nesta pesquisa nos debruçamos sobre as relações de exploração do trabalho desenvolvidas nas carvoarias, sendo estas, uma forma de expressão do desenvolvimento territorial do capital, que necessita para tanto, exercer uma dominação e subordinação social profunda.

Assim, procuramos desvendar por meio da dinâmica geográfica as relações de trabalho baseadas na captura da subjetividade dos trabalhadores e na superexploração do trabalho, existentes no processo produtivo do carvão vegetal, ou seja, suas territorializações, e seus reflexos na organização e dominação social, que vão refletir diretamente na precarização do trabalho, como também nas práticas de resistência dos trabalhadores nas carvoarias do município de Ribas do Rio Pardo/MS.

Para tanto, estamos recorrendo às obras de autores que buscam através da ciência geográfica uma contribuição para melhor podermos desvendar as questões que envolvem o mundo do trabalho no campo e na cidade, além de outros, que também se dedicam a explorar a questão do trabalho no capitalismo, bem como suas formas de precarização, contradição e exclusão, além de reflexões críticas sobre o capital em suas formas e mecanismos de funcionamento sociometabólico. Assim citamos autores como Ruy Moreira, Antonio Thomaz Jr., Ricardo Antunes, Giovanni Alves, José de Souza Martins, Jorge Mattoso, István Mészáros, entre outros.

No desenvolvimento da pesquisa, estamos utilizando revisão bibliográfica referente à temática; levantamento de dados sobre o histórico de formação das carvoarias no Estado de Mato Grosso do Sul e em especial no município de Ribas do Rio Pardo, nossa área de estudo, além dos demais dados sobre estes estabelecimentos junto aos órgãos devidamente responsáveis; pesquisas na internet; realização de entrevistas com os trabalhadores das carvoarias e demais envolvidos neste processo, sempre procurando analisar as diferentes visões que cada um possui dentro deste contexto, levando em conta as condições econômicas, sociais e política que cada um possui. Enfim, buscamos utilizar todas as fontes que possam contribuir no processo de investigação científica.

A manutenção das relações de produção arcaica, especificamente se tratando da exploração do trabalho nas carvoarias, absorvem uma parte do exército de excluídos pelo capital, que na ânsia pela sobrevivência se submetem às mais degradantes condições de trabalho sendo que a produção do carvão vegetal constitui um dos diferentes estágios que combinados entre si compõem o conjunto de processos produtivos responsáveis pela acumulação do capital.

Os trabalhadores das carvoarias são integrantes acondicionados pelo capital ao conjunto da massa precarizada em suas formas de trabalho, sem possibilidades de ingressarem nos setores de mercado fragmentado, compostos por inovações tecnológicas e exigentes por qualificação. Estes trabalhadores, possuem baixo nível de instrução, não são conhecedores de seus plenos direitos e vivem praticamente isolados no meio rural, devido ao difícil acesso provocado pelas grandes distâncias dos centros urbanos, às péssimas condições de manutenção das estradas de terra, a falta de transporte que se restringe ao fornecido pelo patrão quando lhe é conveniente, além das carvoarias serem itinerantes, devido à necessidade de se localizarem próximas à matéria-prima (madeira do cerrado ou plantações de eucaliptos).

Estes fatores, agregados à falta de um maior controle e assistência por parte dos órgãos governamentais, tanto no aspecto trabalhista e social, quanto ambiental, fazem com que os

trabalhadores das carvoarias se tornem alvos fáceis de controle e exploração no processo de reprodução do capital.

O surgimento das carvoarias no Mato Grosso do Sul, se deve, sobretudo aos I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), e ao PIN (Plano de Integração Nacional), implantados pelo Governo Federal, visando a integração econômica das regiões menos exploradas, através de incentivos fiscais e financeiros. Devemos lembrar, que estes planos foram colocados em prática antes da Lei Complementar n.31, de 11 de outubro de 1977, momento em que se dá o desmembramento do Estado do Mato Grosso do Sul, do Estado do Mato Grosso.

A criação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, foi antecedida, em 1974, da criação, pelo Governo Federal, do Maciço Florestal - no futuro estado de Mato Grosso do Sul -, localizado na região entre Campo Grande e Três Lagoas, abrangendo os municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo.

Porém vamos voltar aos interesses do Estado em dar ênfase às políticas de desenvolvimento nacional. O governo brasileiro apoiado no discurso do bem-estar social, mediante uma ótica desenvolvimentista, através do I e II PND e do PIN, passou a conceder incentivos fiscais e financeiros, para que empresas fossem instaladas em regiões menos povoadas, mas que dispõem de efetivas condições de exploração, permitindo a integração da mão-de-obra migrante ao processo produtivo local, visando a diminuição da concentração industrial e a pressão do crescimento populacional nos centros urbanos de maior porte. Desse modo, de acordo com Girão:

[...] os projetos industrializadores e a política desenvolvimentista brasileira, pautados na dependência do capital estrangeiro, foram construídos ao longo do processo de implantação da política capitalista no País. O resultado desses projetos contribuiu para a caracterização das relações de trabalho no campo, mantidas nas regiões delimitadas para se implantar uma interiorização do desenvolvimento. (2003, p.25)

Foram os projetos de desenvolvimento econômico-industrial, elaboradas pelos governantes, direcionados ao desenvolvimento das regiões brasileiras, os responsáveis pela formação do Maciço Florestal de Eucalipto e a posterior instalação e manutenção da atividade de produção do carvão vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Cabe salientar que, o maciço foi criado com uma área de aproximadamente 500 mil hectares, sendo que o processo de plantio se estendeu até o início dos anos 1980, quando a área coberta com o eucalipto atingia 458 mil hectares, onde o município com maior área florestal, 64% da área total plantada, era Ribas do Rio Pardo. Este município chegou a ter 22% de seu território coberto com florestas de eucalipto, devido a ser esse o segundo maior município em área do Estado, pelo baixo custo da terra e pela sua estratégica localização geográfica, dispondo da rodovia BR-262 e da Rede Ferroviária Federal S. A (hoje Ferrovia NOVOESTE), aspectos que vieram contribuir para o escoamento da produção do Estado (ARANHA SILVA, 2002).

Através da política de incentivos fiscais que facilitaram a compra e manutenção de propriedades na região, as empresas reflorestadoras se tornaram proprietárias de grandes fazendas, agravando os problemas em relação à propriedade da terra.

Os trabalhadores migrantes que viam nesse projeto de reflorestamento e em outros projetos financiados pelo governo federal, a oportunidade de trabalho e quem sabe também de posse de terra,

foram transformados em trabalhadores temporários que ao término de suas atividades, eram obrigados a se deslocarem de lugar a lugar, na busca de outras atividades, inclusive migrando para as cidades, colaborando para o aumento de problemas urbanos, como o desemprego, moradia, etc.

Este projeto do Maciço Florestal, tinha, pois, como finalidade, o abastecimento do mercado brasileiro de madeira, principalmente a região Sul e Sudeste do país, no entanto a operação tornou-se inviável em virtude da crise do petróleo e do conseqüente aumento dos custos do transporte. Cogitou-se então a possibilidade da instalação de fábricas de celulose no Estado, o que não se concretizou, deixando um vazio à continuidade do projeto do Maciço Florestal, pois haviam fatores como a dependência do Estado em relação à energia elétrica, à mão-de-obra pouco qualificada e à precária infra-estrutura, que apesar de todas os subsídios do Governo, prejudicavam a industrialização.

Para aproveitar a floresta de eucalipto já em condições de exploração econômica, diante do insucesso do projeto do Maciço Florestal, as empresas florestadoras, os proprietários das terras florestadas, juntamente com as empresas que abastecem de carvão as siderúrgicas em Minas Gerais, apresentaram a alternativa de se produzir carvão vegetal utilizando a madeira do referido maciço, sabendo-se, pois que, os maiores consumidores de carvão vegetal no Brasil se resumem ao setor siderúrgico que se concentra em Minas Gerais, seguido pelas distribuidoras de carvão para o setor alimentício e fins energéticos.

No Mato Grosso do Sul, especialmente nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, a partir de 1985, começaram a se instalar as primeiras empresas de carvão, algo próximo de 20 empresas, que eram representadas tanto por empreiteiros, como por intermediários, os gatos, ou pelos arrendatários, em sua maioria de Minas Gerais, e de São Paulo, só que em menor número. (ARANHA SILVA, 2002).

Mesmo sendo uma distância significativa entre o pólo siderúrgico mineiro e o maciço florestal, as siderúrgicas viam nesta atividade uma nova fonte de matéria-prima e energia para seu processo produtivo, pois tal investimento se tornava compensador na medida em que o carvão era produzido com mão-de-obra barata e em grande quantidade, além da escassez das florestas, tanto nativas como de eucalipto, para a produção do carvão no Estado de Minas Gerais, e os inevitáveis aumentos dos preços da matéria-prima, e ainda a pressão dos órgãos públicos fiscalizadores, tanto no âmbito ambiental quanto trabalhista, sobre as empresas produtoras de carvão naquele Estado.

Nestas condições, ao nos remetermos à questão de formação de territórios, nas condições da pós-modernidade, assistimos uma diversidade e fragmentação do que foi idealizado nos últimos séculos. De acordo com Andrade (1994), o que temos hoje, é o território construído pelas empresas superpondo-se ao território construído pelo Estado que muitas vezes se encontra a serviço das empresas e seus jogos de interesses que disputam territórios e mercados.

Assim os processos de territorialização, desterritorialização e novas territorializações se encontram cada vez mais freqüentes e subjugados aos interesses do capital e neste caso se concretizando através da produção do carvão vegetal.

Os trabalhadores são migrantes, principalmente de Minas Gerais, em virtude de já possuírem experiência na produção do carvão vegetal, pois como mencionado anteriormente, este foi um grande produtor de carvão vegetal no passado. No entanto encontramos também trabalhadores

provenientes de outros Estados, como São Paulo, Paraná, além de outros municípios de Mato Grosso do Sul.

Este, e principalmente o município de Ribas do Rio Pardo, que concentra o maior número de carvoarias em relação ao Estado, foram focos de noticiários e escândalos na década de 1990 com repercussão internacional, em virtude de denúncias de trabalho escravo e infantil nas carvoarias. Posteriormente às denúncias, providências foram tomadas pelos órgãos competentes, havendo uma certa transformação nas condições de trabalho e moradia oferecidas nas carvoarias, além da proibição do trabalho infantil e a obrigatoriedade da frequência escolar destas crianças.

Porém o que vemos até hoje, é ainda a persistência de uma série de irregularidades, muitas vezes escamoteadas pelos próprios trabalhadores, que têm medo de perder aquele trabalho que para eles, por pior que seja, é melhor do que ser um desempregado, não tendo ao menos o que comer. Por isso não fazem denúncias ou reivindicam seus direitos, que nem sempre são de conhecimento pleno dos trabalhadores como já foi mencionado.

São assim, obrigados a realizar tarefas extremamente penosas, em condições desfavoráveis em relação aos equipamentos de trabalho e segurança, alimentação, moradia, (que podem ser observadas, nas figuras a seguir) além de muitas vezes não possuírem carteira assinada e não terem acesso a quaisquer outros direitos trabalhistas. A remuneração escorchantes, faz com que os trabalhadores garantam apenas a alimentação, ainda de forma inadequada, permanecendo muitas vezes endividados com o patrão, por conta de adiantamentos pedidos para suprir outras necessidades básicas, sendo desta forma obrigados a permanecer no local em virtude das dívidas que só fazem aumentar.

Os trabalhadores das carvoarias estão enredados nesta trama do capital, na captura de sua subjetividade, de maneira que não possuem o completo discernimento do real produto do seu trabalho, nem da sua devida importância como ser social e produtivo que se constitui, inseridos no contexto da produção do carvão vegetal, não conseguindo incorporar-se enquanto classe, para buscarem fórmulas de resistência aos avanços do capital.

O poder de mobilidade do capital, principalmente nos momentos de crise, sua expansão e dominação territorial, social e conseqüentemente do trabalho, se caracterizam como fatores fundamentais para sua manutenção. Esta mobilidade sempre tende a buscar lugares e situações pré-existentes favoráveis à execução de sua dominação e reprodução, ou seja, condições de redução significativa nos custos da produção, como a grande oferta de mão-de-obra e matéria-prima barata, e a fragilidade na legislação trabalhista e ambiental. Condições estas que foram exploradas pelo capital no estado de Mato Grosso do Sul, para a instalação das carvoarias.

Assim essas relações passam a implicar na configuração da dinâmica territorial, havendo a determinação de fluxos diversos e intensos que fazem parte do processo produtivo do carvão vegetal, que após muitos anos e descobertas alternativas para seu uso, ainda continua sendo um produto indispensável à constituição e manutenção da vida moderna, tendo como exemplo sua grande utilização nas siderúrgicas do nosso país para a fabricação do ferro e do aço, rendendo milhões. Quantia que não é sequer imaginada pelos carvoeiros responsáveis pelo início desta cadeia produtiva e que muitas vezes não recebem nem ao menos, o necessário para uma ideal alimentação,

efetivando o imenso contraste que se faz presente e necessário às formas reestruturadas de reprodução do capital.

Referência bibliográfica

ALVES, Giovanni. **O novo e (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.de; SILVEIRA, M.L.(Orgs) **Território globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

ARANHA SILVA, Edima. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

CPT (org). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

GIRÃO, Simone Anselmo. **Do ideário desenvolvimentista ao universo social carvoeiro: 1964/1994**. 2003. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados

MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1ª reimpressão. 1996.

_____. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2ª ed. 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução: Paulo César Catanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. **Programa Integrar-Trabalho e Tecnologia**. São Paulo: CUT/CNM-Integar, 1995, p. 116-130.

_____. Teses para uma Geografia do Trabalho In: **Ciência Geográfica**. Bauru-VIII-Vol. II-(22): Maio/Agosto-2002. p. 19-23.

_____. **Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória?** Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 4, n.2, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 5 dez. 2003.

THOMAZ JR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho**. Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 3, n. especial, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 30 mar. 2003.

_____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da leitura geográfica**. Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 3, n. 1, out. 2002. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 30 mar. 2003.

_____. **A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI**. Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 4, n. 2, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 5 dez. 2003.